



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Câmara de Vereadores	
Fl.	Rubrica
10	J

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 37/2018**

Data: 14/05/2018 - Página 1 de 1

**Matéria/Ementa:**

Projeto de Lei nº 37/2018 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DE AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**Relatório:**

Propõe o Poder Executivo, através do presente Projeto de Lei, autorização para contratação emergencial de até 05 agentes de combate a endemias, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período.

**Fundamentação:**

Quanto à iniciativa, é pela Constitucionalidade, eis que a Chefe do Poder Executivo é agente político competente para a contratação temporária para o Quadro do Poder Executivo, em conformidade com o disposto o art. 46, inciso I, da Lei Orgânica Municipal<sup>1</sup>.

Está, também, o Projeto em discussão, amparado pelo art.37, XI, da CF/88<sup>2</sup>.

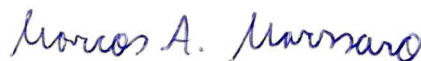
A contratação está em conformidade com o disposto nos arts. 192, 193 e 196 da Lei nº 2248, de 27 de fevereiro de 2006 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.

**Opinião:**

Assim, diante do interesse público, é pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei nº 37/2018.

  
**Ver. Rogério Carlos Fedrigo**  
Relator

Voto do Revisor: **Aprova o Parecer**

  
**Ver. Marcos Antônio Marssaro**  
Revisor

<sup>1</sup> Art. 46 São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I – criação ou extinção de cargos, empregos ou funções públicas, que fixem ou aumentem os vencimentos ou vantagens dos servidores públicos, ou de qualquer modo, aumentem a despesa, ressalvadas as matérias reservadas à iniciativa privativa da Câmara Municipal de Vereadores;

<sup>2</sup> A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

IX- a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;"